

valores em €	31-Out	Mensal	%
EUA Spot 2ª	17,73	-4,57	-20,49%
Fut 2008	17,94	-4,41	-19,73%
Fut 2009	18,55	-4,35	-18,68%
Fut 2010	18,94	-4,57	-19,00%
Fut 2011	19,48	-4,38	-17,48%
Fut 2012	20,68	-5,55	-21,16%
CERs	15,05	-3,40	-18,43%

	31-Out	Mensal	%
UK Gas (NBP p/th)	72,50	-10,70	-12,86%
Carvão(AP2 USD/t)	109,00	-40,70	-27,19%
Brent (USD/barrel)	66,54	-31,63	-32,22%
Crude (USD/barrel)	68,99	-31,65	-31,45%

Clima de Vitória com Obama?

O Mundo já tinha parado de respirar há muito tempo à espera do resultado das eleições americanas. Pelo menos todos quantos esperam que o caminho do desenvolvimento de todos os países seja um caminho baixo em emissões de carbono, respiraram de alívio com a vitória de Barack Obama. (continua na pág. 2)

Mercados de CO₂

No mês de Outubro, as licenças de emissão acabaram com perdas significativas apesar de, na primeira metade do mês (auge da recente crise financeira global), se terem verificado variações mínimas nas cotações do Carbono.

Actualmente os participantes no mercado estão a descontar no preço das emissões a mais que previsível recessão económica em consequência da crise financeira. A título de exemplo, o Deutsche Bank veio recentemente incorporar estas novas previsões de crescimento, e cortou o *price target* para as licenças de carbono de €40 para €30, mesmo assim bem acima dos €17.73 a que encerrou o mercado a 31 de Outubro. (continua na pág. 2)

A queixa da Quercus à Comissão Europeia e o seu impacte nos operadores CELE

A Quercus apresentou no passado dia 3 de Outubro uma queixa à Comissão Europeia por o Fundo Português de Carbono (FPC) ter sido orçamentado para 2009 com um montante inferior ao previsto, agravando assim o défice entre o valor inicialmente previsto de dotação e o que existe actualmente. Sabendo que o PNALE II foi aprovado tendo em conta uma dotação global do FPC de 354 M€, poderá o défice na dotação do mesmo pôr em causa a alocação anual já aprovada para os operadores CELE? (continua na pág. 3)

Clima de Vitória com Obama?

Mas será que agora é que é? Será que os EUA vão agora defender uma política de combate às alterações climáticas compatível com a política adoptada na Europa? É certamente demasiado cedo para o dizer. O senso comum diria que o diálogo e o entendimento entre os dois blocos será mais fácil. Pelo menos deixou de existir o estigma da "Bush administration" aquela que "taking the issue of climate change very seriously" ainda assim considerou o Protocolo de Quioto "fatally flawed" (nas palavras do próprio presidente Bush, repetidas *ad nauseum* pelos seus representantes nas negociações sob os auspícios das Nações Unidas).

Diz-se nos corredores de Washington que há muito que Barack Obama está a fazer convites ou a sondar potenciais candidatos aos mais altos cargos da sua administração. Nos EUA, o processo de transição entre administrações planeia-se com muita antecedência (mesmo antes das eleições) e pode demorar mais de seis meses (se tudo correr bem) após as eleições até todos os cargos estarem ocupados.

De acordo com o veiculado pelos órgãos de comunicação, a administração Obama basear-se-á fortemente nas principais figuras da administração Clinton. Em particular, as principais figuras relacionadas com as alterações climáticas, como Frank Loy (negociador chefe de Clinton) são referidos como potenciais candidatos aos mais altos cargos da Casa Branca.

O Mundo mudou. Os presidentes também. Já não são Clinton nem Bush. É Obama. O Homem da Mudança. Mas as pessoas são as mesmas. E não podemos esquecer que durante a administração Clinton, o Senado Norte-Americano rejeitou por unanimidade o Protocolo de Quioto. E há a crise...

Gonçalo Cavalheiro

gcavalheiro@ecoprogresso.pt

Administrador

Mercados de CO₂

Existem de facto na nossa opinião, razões válidas para que os preços possam estabilizar e eventualmente começarem a subir já no início do próximo ano, logo após as atribuições das licenças da Alemanha, Itália e Polónia que irão trazer ainda alguma volatilidade ao mercado.

Em primeiro lugar os principais intervenientes deste mercado são empresas industriais e termoelectricas que têm necessariamente de ter uma visão longo prazo da sua actividade. Havendo a possibilidade de *banking* de licenças, estes operadores estabelecerão naturalmente o valor mínimo a que estão dispostos a vender, abaixo do qual optaram por transferir este activo para o período seguinte.

Há ainda a considerar que, a recessão económica mundial, poderá ter no próximo ano reflexos negativos na produção industrial. A verdade é que o maior volume de emissões provém da produção eléctrica e neste campo não é esperada uma redução significativa do consumo.

Também a nova realidade nos mercados de crédito, poderá inviabilizar alguns investimentos já planeados e necessários à redução de emissões, não só por parte da indústria mas também por promotores do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, valorizando a detenção dos activos de carbono existentes.

Também os mercados de *commodities* se têm vindo a ajustar às perspectivas de recessão. O preço do petróleo, do gás natural e, principalmente, do carvão sofreram quedas acentuadas. Em termos relativos, e face aos novos preços, é previsível que alguns dos

maiores emissores de CO₂ tenham agora um maior incentivo ao consumo de carvão face ao gás natural. Sendo o carvão mais "poluente" teremos mais emissões e, consequentemente, uma maior pressão compradora de licenças e créditos de carbono.

Resta analisar a resposta política entretanto dada. A forte possibilidade de recessão económica veio levantar dúvidas sobre a possibilidade de manter os ambiciosos compromissos assumidos recentemente pela UE, no que diz respeito a emissões e energia. Aqui sim, estaria o maior motivo de preocupação para quem detém esta classe de activos. A Polónia e Itália já deram sinais que poderão usar o seu poder de veto, se considerarem que o pacote de Ambiente e Energia que está a ser preparado, irá ser uma ameaça real à competitividade da sua economia. Uma resposta firme foi já entretanto dada pelo primeiro ministro britânico Gordon Brown, afirmando que as políticas de energia e ambiente são parte da solução da crise económica. Em resumo, os mercados de carbono já estão valorizados em perto de 100 mil milhões de euros e são parte integrante de uma indústria de energia e ambiente que é apontada como um dos motores do crescimento económico e criação de emprego durante a próxima década.

Francisco Rosado

frosado@ecoprogresso.pt

Director

A queixa da Quercus à Comissão Europeia e o seu impacto nos operadores CELE

O FPC foi criado pelo Decreto-Lei n.º 71/2006, de 24 de Março, tendo como objectivo contribuir para o cumprimento da meta estipulada ao abrigo do Protocolo de Quioto, essencialmente através da compra de créditos de carbono (Comércio de Emissões, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Implementação Conjunta), investimento em fundos de carbono geridos por terceiros (como é o caso do Luso Carbon Fund do qual a Ecoprogresso é *advisor*) ou apoio a projectos em Portugal.

O FPC apresenta uma dotação plurianual por parte do Estado Português até 354 M€ para o período 2007-2012, não estando até ao momento a verificar-se a dotação anual esperada, o que mais uma vez foi comprovado pelo Orçamento de Estado para 2009, que destinou apenas 53,1 M€ ao FPC, valor este abaixo dos 60 M€ programados pelo Governo.

Deste problema, o que eventualmente poderia afectar directamente os operadores CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), diz respeito à afirmação do dirigente da Quercus, Francisco Ferreira, divulgada pela agência Lusa "O montante de licenças atribuído pela Comissão tinha por base um fundo de carbono com 354 milhões de euros (2006-2012). Não havendo essa garantia, pode haver uma reavaliação imediata em baixa das licenças atribuídas até ao final do período de cumprimento do Protocolo de Quioto (2012), penalizando as indústrias".

Efectivamente o montante de licenças aprovado pela Comissão Europeia (CE) para a indústria Portuguesa teve em consideração a dotação do FPC em 354 M€ até 2012 e o défice actualmente verificado no mesmo, o que pode representar que o Governo Português está em incumprimento face ao que se tinha comprometido junto da CE.

No entanto, o valor global anual de licenças atribuídas aos operadores não só foi já aprovado pela Comissão Europeia como está publicado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 1/2008, de 4 de Janeiro de 2008 e em particular pelo Despacho Conjunto n.º 2836/2008, tendo o valor anual para 2008 sido já entregue aos operadores.

Assim, parece-nos difícil que a CE actue sobre o valor de atribuição de licenças já aprovado para o período 2008-2012. O que poderá acontecer, caso a CE tenha em consideração a queixa apresentada pela Quercus, é a imposição de um prazo para a canalização por parte do Estado Português do montante em falta ao FPC.

Parece assim que a grande preocupação deverá ficar do lado do Estado Português e não dos operadores CELE.

Catarina Vazão

cvazao@ecoprogresso.pt

Consultora

Latin American Carbon Forum

Entre os dias 28 e 30 de Outubro, decorreu em Santiago, Chile, a maior feira de carbono da América Latina – **Latin American Carbon Forum Chile 2008** – onde a Ecoprogresso, através do Luso Carbon Fund, esteve presente. O Luso Carbon Fund foi um dos maiores patrocinadores do evento.

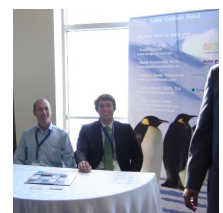
Esta feira contou com cerca de 750 participantes ao longo dos 3 dias tendo promovido vários contactos entre diferentes partes interessadas de todo o processo CDM, bem como no que respeita a energias renováveis. Todos os contactos realizados foram particularmente interessantes no sentido em que permitiram uma melhor compreensão da posição dos países da América Latina (não contando com o Brasil

onde temos já uma forte posição tanto em termos de projectos de carbono, como de energias renováveis) no que respeita a todo o processo CDM e energias renováveis.

David Garcia (representante da Ecoprogresso no Brasil)

dgarcia@ecoprogresso.pt

Consultor



Registos do Retiro de Planeamento 2009, realizado no passado mês de Outubro em Borba.



A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210

Para Trading de Licenças contacte:

Francisco Rosado | Director de Trading
frosado@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 212